



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0005959-44.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Uso de documento falso**  
 Documento de Origem: **IP, BO - 141/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 85/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **FRANCISCO EDILBERTO FERREIRA DA SILVA**

Justiça Gratuita

Aos 02 de fevereiro de 2017, às 14:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **Antonio Benedito Morello**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira Promotor de Justiça, bem como do réu **FRANCISCO EDILBERTO FERREIRA DA SILVA**, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos, ausentes as testemunhas de acusação Alexsandro Roberto Divino e Marcelo Furini, policiais militares que atualmente exercem suas atividades fora desta comarca. As partes desistiram da inquirição das testemunhas, o que foi devidamente homologado. Em seguida o MM. Juiz passou a interrogar o réu, em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado por uso de documento falso, consistente na utilização de uma CNH. A ação penal é procedente. A materialidade vem demonstrada no laudo de fls. 10/11, no qual o perito realçou que, embora o espelho apresente alguns elementos de uma CNH original, a fixação da numeração não é original. Ao ser ouvido o réu admitiu que exibiu a CNH ao ser parado em uma fiscalização e que não efetuou os exames de praxe para se habilitar. O dolo é manifesto, visto que qualquer pessoa sabe que para que alguém possa se habilitar há a necessidade de exames, teórico, prático e de saúde. Assim, como o réu não se submeteu a esses exames fica evidente que o mesmo tinha consciência da falsidade do documento. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Como é primário, poderá receber pena no mínimo, com fixação do regime inicial aberto, podendo-se também a pena privativa de liberdade ser substituída por pena restritiva de direitos. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Requer a improcedência da ação penal, por ausência de elemento subjetivo do tipo. O réu alega que acreditava que a CNH era verdadeira, motivo pelo qual conclui-se que o réu agiu em erro de tipo. De rigor, portanto, sua absolvição. No mais, requer pena mínima, e a concessão do SURSIS, que no caso dos autos será mais favorável ao acusado. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. FRANCISCO EDILBERTO FERREIRA DA SILVA**, RG 26.201.475, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 304, c.c. o art. 297, ambos do Código Penal, porque no dia 19 de janeiro de 2015, por volta das 10h40min, na Avenida Maranhão, Jardim Pacaembu, nesta cidade e comarca, FRANCISCO fez uso de documento público falsificado, tal seja, Carteira de Habilitação Nacional (CNH), a que se refere o artigo 297, do Código Penal, com sua própria fotografia e em seu nome. Consoante apurado, o denunciado, por não ser habilitado a dirigir veículos automotores, adquiriu nesta cidade e comarca a CNH mencionada no auto de exibição e apreensão já com seus dados qualificativos nela inseridos pelo valor de R\$ 2.000,00. E tanto isso é verdade, que Policiais Militares realizavam fiscalização de trânsito pelo local dos fatos, quando avistaram FRANCISCO a conduzir o seu veículo GM/Monza, motivo pelo qual decidiram



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

abordá-lo, oportunidade em que ele apresentou a Carteira de Habilitação em tela. Contudo, realizada pesquisa nos sistemas internos da Prodesp, apurou-se que o denunciado não era realmente habilitado a dirigir, pelo que ele confessou a falsidade do documento, bem como tê-lo adquirido de pessoa desconhecida. Por fim, tem-se que o laudo pericial acostado as fls. 08/11 constatou a falsidade do documento em comento, tal qual alegado pelo próprio Francisco Edilberto. Recebida a denúncia (pág. 31), o réu foi citado (pág. 47) e respondeu a acusação através do defensor público (pág. 51 e 52). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu a absolvição alegando ausência de dolo. **É o relatório. DECIDO.** O réu dirigia um veículo e ao ser abordado em uma blitz policial apresentou uma CNH que tinha obtido por vias não oficiais. O policial que fez a abordagem suspeitou da autenticidade do documento e feita a pesquisa verificou que a mesma era falsa, pois não constava no sistema da PRODESP. Ouvido no processo o réu admitiu que obteve a CNH apreendida com uma pessoa que se apresentou como instrutor de autoescola, sem realizar os exames necessários e mediante o pagamento de uma quantia. O laudo pericial de fls. 9/12 comprova que a CNH apresentada pelo réu é falsa. O réu tinha conhecimento da necessidade de submeter-se a exames específicos para ter o documento. Mesmo assim, disse ter acreditado na explicação do falsário. Tal situação não é suficiente para afastar o dolo de sua conduta. O crime está caracterizado, impondo-se a condenação. Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60, do Código Penal, que o réu é primário e ainda confesso, fixo a pena no mínimo, ou seja, em dois anos de reclusão e 10 dias-multa, no valor mínimo, que torno definitiva à falta de outras circunstâncias modificadoras. **Condeno**, pois, **FRANCISCO EDILBERTO FERREIRA DA SILVA**, à pena de **dois (2) anos de reclusão, em regime aberto, e ao pagamento de 10 dias-multa, no valor mínimo**, por ter infringido o artigo 304, c.c. artigo 297, do Código Penal. Presentes os requisitos legais, concedo-lhe o “sursis”, por dois anos, com a obrigação de não mudar de endereço e comparecer mensalmente em juízo para justificar suas atividades. A admonitória será realizada oportunamente. Em caso de cumprimento da pena o **regime será o aberto**. Deixei de substituir a pena restritiva de liberdade por pena restritiva de direito, por entender ser esta medida mais gravosa para o réu do que a concessão do “sursis”. Deixo de responsabilizá-la pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS.** Eu, \_\_\_\_\_ (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):